

65 Empresa-cidadã e balanço social

A íntegra do discurso de Rinaldo Campos Soares*:

“Cremos que a nossa insistência em desenvolver o conceito e em abraçar a causa da empresa-cidadã tenha pesado muito mais que os resultados apresentados pelas empresas do sistema Usiminas quando fomos eleitos, em 1996, Líder Empresarial Nacional em pleito realizado pela Gazeta Mercantil. A mesma razão teria levado à confirmação dessa honrosa indicação em 1997. Razões de outra ordem poderiam conduzir à distinção os demais líderes regionais e setoriais eleitos nos dois anos. Todos, certamente, têm méritos suficientes para tanto. São merecedores da indicação todos os empreendedores que promovem o desenvolvimento e a perpetuação de empresas em ambientes turbulentos. Na economia globalizada deste final de século, redefinem-se a cada instante os contornos dos negócios e os modos de sua condução.

Com todos quantos tenham sobrevivido às mudanças ameaçadoras e correspondido aos desafios das novas oportunidades, compartilhamos a honrosa indicação com que fomos distinguido nos dois anos sucessivos.

Por força das incumbências correntes dessa distinção, presidimos o Fórum Gazeta Mercantil de Líderes Empresariais de 1997. E, em 1998, daremos seqüência aos trabalhos iniciados neste ano.

Em 1997, definimos como tema âncora Cidadania e Riqueza Nacional – O Resgate do Social na Prosperidade Econômica. Entendemos que este tema resume uma das maiores preocupações das lideranças responsáveis neste final de século. De

nossa parte, acreditamos que é possível viabilizar soluções de alto impacto, capazes de modificar substantivamente o quadro da exclusão sócio-econômica que ainda persiste na maior parte das nações, a despeito dos avanços em quase todos os campos da experiência humana a que assistimos no século XX.

As precondições básicas para mudança substantiva estão estabelecidas:

■ A consciência do problema da exclusão.

■ A clareza quanto a seus possíveis desdobramentos, caso não se viabilizem soluções eficazes.

■ O engajamento abrangente em torno da causa da cidadania.

■ A sensibilização das empresas quanto à redefinição de suas responsabilidades sociais.

■ Os esforços metodológicos para a definição de critérios que conduzem ao levantamento do balanço social, tanto de nações quanto de empresas.

■ A busca por soluções de qualidade equiparável à dos diagnósticos.

Assistimos a tudo isso neste ano de 1997. Na condução do Fórum deste ano, testemunhamos o empenho de todas as lideranças mobilizadas em compreender as complexas questões relacionadas à dimensão

sócio-econômica da cidadania e em buscar soluções. Assistimos também aos esforços para consensar métodos de apuração do balanço social das organizações.

É visível a qualidade dos primeiros resultados a que chegamos. Mais que isso: são também a cada dia mais visíveis as ações das empresas na direção de melhorar os

indicadores de desempenho de seus balanços sociais.

Mas é chegado o momento de equacionarmos soluções mais audaciosas. Em sintonia com as precondições para mudanças de maior efetividade, tem sido observado um movimento, conceitualmente consistente, para se relevar a destinação dada ao valor adicionado pelas empresas, isto é, o destino dado à riqueza gerada.

Esse valor sintetiza o quanto cada empresa está agregada, no está-

gio da cadeia produtiva em que se encontra, às riquezas processadas. E é exatamente a totalização desses valores que corresponde aos conceitos convencionais de Produto Interno Bruto – a soma dos bens e serviços finais produzidos dentro do território econômico dos países. Muitas empresas despertaram recentemente para o

cálculo desse valor. E tem-se tornado mais comum o seu emprego como indicador da riqueza gerada pelas empresas. Não demorará muito para que ele seja incorporado aos elementos de avaliação de desempenho social e talvez venha a ser um dos mais importantes elementos contábeis do balanço social.

A questão central que então se coloca é quem se apropria da riqueza gerada. Em que proporções. E que destino os agentes econômicos dão às parcelas de que se apropriam.

Sabemos já com clareza que uma parcela importante é apropriada pelas próprias empresas, remunerando o capital e as capacidades tecnológicas e de empreendimento. Outra parcela é apropriada pelo fator trabalho. E outra pelo governo. A participação do governo é dupla, exercendo-se sob a forma de impostos indiretos e de impostos diretos sobre os rendimentos apropriados pelas empresas e pelos trabalhadores.

Ao aprofundarmos esses conceitos, verificaremos o destino dado a cada um dos fluxos que totaliza a riqueza gerada. E podemos avaliar com precisão a produtividade social de cada um deles. Nossa percepção é de que, se

as empresas assumirem diretamente a responsabilidade pela gestão de uma parcela da riqueza que elas próprias geram e que é princípio se destina a finalidades de alto interesse social, até aqui geridas por órgãos públicos, com discutível eficácia, o resgate da dívida social seria mais efetivo e de melhor padrões de qualidade.

A audácia da proposta está em que ela significa uma nova categoria de privatização. Não se está privatizando a riqueza, nem se está contribuindo para sua maior concentração. O que se está privatizando é a gestão de fundos que, bem administrados, poderiam resgatar dívidas sociais que se têm avolumado, notadamente nas áreas de educação, saúde e habitação.

A nossa proposta, que a muitos poderá surpreender, encontra fundamento nas idéias que vimos metodicamente defendendo a partir do conceito de empresa-cidadã.

Como “homem coletivo”, a empresa é um organismo vivo, consciente e atuante. Num país como o nosso, que convive com graves problemas sociais, ela não poderá ter os seus limites de ação restritos aos objetivos puramente institucionais de produção e comercialização de bens ou serviços.

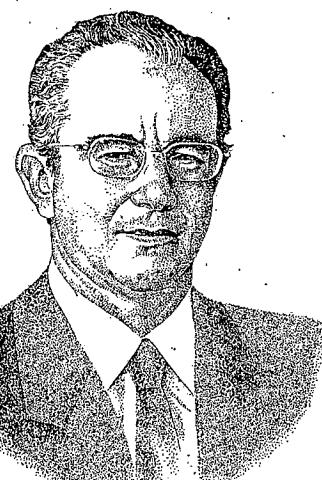
O que se espera é que a moderna empresa brasileira se assuma e que, como qualquer cidadão consciente, participe objetivamente dos problemas do seu tempo. De um modo geral, não existem mais áreas privativas do Estado e da iniciativa privada. Em se tratando de interesse nacional, todos são co-responsáveis pelo todo. De mais a mais, de nada adiantaria a uma empresa ser um

oásis de tranquilidade e eficiência num mundo perturbado por valores negativos que constantemente ameaçam a sua sobrevivência.

Assumimos, nesta oportunidade, ao agradecermos a honrosa indicação com que nossos companheiros empresários nos distinguiram, o compromisso de aprofundarmos esta questão, na seqüência do Fórum de Líderes Empresariais da Gazeta Mercantil, versão 1998”.

* Presidente da Usiminas

“Abraçar a causa da empresa cidadã pesou mais que os resultados apresentados pelas empresas do sistema Usiminas”



Rinaldo Campos Soares
“São visíveis as ações das empresas na direção de melhores indicadores de desempenho de seus balanços sociais”

“Em se tratando do interesse nacional, todos são responsáveis pelo todo. Nenhuma empresa é uma ilha”